

# Artigo avalia liberação de drogas

LINA DE ALBUQUERQUE

A edição de fevereiro do *British Journal of Addiction*, revista inglesa que reúne os mais importantes estudos sobre drogas no mundo inteiro, contará com a colaboração da psicóloga paulista Jandira Masur, professora de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina. O artigo que leva a sua assinatura consiste numa seleção de argumentos e contra-argumentos em torno da legalização das drogas, assunto que vem polarizando seus interesses desde 1968, quando ela procurou o psiquiatra Elisaldo Carlini para orientar a sua tese de doutorado, um trabalho pioneiro no País sobre uma droga apreciada até pelo donatário Martim Affonso de Souza, no século XVI: a maconha.

A polêmica encomendada pela revista inglesa também está presente no primeiro capítulo do recém-lançado *Drogas — subsídios para uma discussão*, de autoria de Jandira e do hoje mari-

do Elisaldo Carlini, psiquiatra e professor de Psicofarmacologia da Escola Paulista. Trata-se de um livro que não contempla apenas iniciados: "Procuramos realizar um trabalho com a finalidade de esclarecer as dúvidas mais comuns, tanto por parte de profissionais de saúde, como por alunos e até pais", afirma Jandira.

Além de classificar as drogas de estimulantes, depressoras e perturbadoras, o livro relaciona os diferentes prejuízos causados pelo uso de álcool, cigarro, maconha, cocaína e heroína. Qual das cinco substâncias é a pior? "Quando me lançam essa questão", explica Jandira, "tenho de perguntar: em relação a quê?" O risco de contrair Aids por meio de heroína e cocaína é maior porque são drogas passíveis de ser injetadas, e seus usuários podem ser adeptos da prática de "compatilhar" a mesma seringa. O álcool, ela prossegue, é a droga que mais provoca incapacitação social,

porém os problemas associados ao seu uso levam um tempo bastante longo para aparecer, em comparação com a cocaína e a heroína. O risco de overdose também é superior entre os consumidores de heroína e cocaína.

"Nossa intenção é resgatar a credibilidade em torno da discussão sobre drogas", pondera. "Não acredito na eficácia de programas educativos que exageram os efeitos das drogas com o objetivo de diminuir o consumo." Na sua opinião, as pessoas precisam saber, por exemplo, que a maconha é prejudicial à memória, mas seus efeitos são reversíveis com o abandono. O perigo de overdose pela maconha, o livro deixa claro, é praticamente nulo. "É necessário esclarecer sobre a imprevisibilidade do risco", entende Jandira. Em outras palavras, "a primeira experiência com cocaína pode vir até a ser fatal, mas a maior parte dos usuários não morrerá depois de uma convulsão".

## A legalidade na balança

Os principais argumentos favoráveis e contrários à legalização e descriminalização das drogas, de acordo com Jandira Masur e E.A. Carlini



### Prós

Medidas repressivas não surtem efeito. A liberação constituirá um "mal menor". Se as drogas saíssem da ilegalidade, o número de usuários aparentemente cresceria. Mas esse crescimento seria artificial, refletindo o maior número de pessoas que passariam a admitir abertamente o uso.

As pessoas têm capacidade de discriminar o que é bom ou mau para elas. Legalizadas, as drogas seriam discutidas livremente e os programas educativos deixariam de expor apenas "meias verdades". Provavelmente, quem quer usar drogas já o faz, mesmo sendo elas ilegais. A transgressão da lei leva ao descrédito do sistema como um todo.

O fato de drogas de diferentes características serem igualmente legais leva as pessoas a achar que todas envolvem riscos semelhantes. Assim, a maconha deveria ser descriminalizada a exemplo de vários Estados americanos, ou mesmo liberada.

Quem ganha com a ilegalidade das drogas são os grandes traficantes. A criminalidade associada ao tráfico pode gerar problemas até maiores do que o próprio uso de drogas. A Lei Seca americana demonstrou que a ilegalidade não coíbe a demanda nem a oferta e provoca violência, corrupção e formação de organizações de tráfico.

O Estado se responsabilizaria pelo controle do uso de drogas, restringindo os locais e horas de venda e estabelecendo uma idade mínima para o uso. As drogas seriam taxadas com altos impostos. O Estado poderia ainda enfatizar a vantagem de se mascarar as folhas de coca, ou utilizá-las na forma de chá, ao invés de se aspirar a cocaína ou injetá-la, métodos muito mais arriscados.

A ilegalidade de algumas drogas frente à venda livre e francamente incentivada de álcool e de tabaco é paradoxal, pois são amplamente conhecidos os problemas associados ao uso dessas duas substâncias. Por que alguém que fuma maconha é tachado de "maconheiro" - estando sujeito a ser preso - e tem à sua disposição, ao mesmo tempo, tanta bebida alcoólica quanto quera?

O dinheiro gasto no combate ao tráfico (nos EUA, um valor correspondente a 15% da dívida externa brasileira) poderia ser empregado em programas de educação sobre drogas e reabilitação de dependentes. Dos impostos sobre a sua venda, poderia ser retirada uma verba com a mesma destinação.

Existem inúmeras drogas psicotrópicas (como tranquilizantes) de venda legal, vendidas em farmácias. São conhecidos os efeitos indesejáveis que podem causar quando usadas inadequadamente. Cai-se outra vez na situação de arbitrariedade entre drogas que podem e outras que não podem ser usadas.

### Contras

Não existem provas científicas que demonstrem que a legalização não levaria a um aumento galopante do uso de drogas. Aos atuais problemas consequentes do consumo abusivo do álcool se somariam os causados pelo aumento descontrolado das drogas legalizadas.

O poder de discriminar o que é bom ou ruim é menor nos jovens e crianças do que nos adultos. O consumo de drogas se inicia na juventude e uma sociedade com drogas legalizadas se transformaria numa sociedade de "zumbis".

Tanto a descriminalização como a liberação da maconha provocariam um questionamento imediato sobre o motivo pelo qual não deveria ser adotado um mesmo procedimento para as demais drogas. Sendo legalizada, a maconha deixaria de ser fonte de lucro para as organizações ligadas ao tráfico, que redobriariam os seus esforços na venda de drogas pesadas, como a cocaína.

Com a liberação, o controle das drogas passaria para o domínio das indústrias. A propaganda ativaria o consumo. A legalização traria apenas a substituição de um poder econômico marginal por um oficial.

No Brasil, o cumprimento das leis é mais a exceção do que a regra. O Estado não conseguirá controlar o uso das drogas. A legislação existente em torno da bebida alcoólica, que restringe o seu uso, raramente é cumprida.

O fato de já existirem substâncias com conhecidos efeitos prejudiciais há muito tempo legalizadas não justifica que se deva acrescentar outras também com reconhecidos efeitos prejudiciais. Ao contrário, deveriam ser concentrados esforços na direção de uma diminuição de uso tanto de álcool como do tabaco.

A proposta de tirar dinheiro dos consumidores para depois tratá-los ou mesmo educá-los pode ser interpretada como extremamente incoerente por parte do Estado.

As drogas de venda em farmácia têm efeitos importantes e seu uso justifica na medida em que podem curar ou aliviar doenças. Agir da maconha (como antiemético e anticonvulsivante) e mesmo a cocaína (como anestésico local) também podem, em algumas ocasiões, ter utilidade médica, isso não justifica a sua liberação.